



O PAPEL DOS ACTORES EXTERNOS EM ANGOLA: INVESTIMENTO E AJUDA INTERNACIONAL

Embaixador Assunção Sousa dos Anjos

A diplomacia partilha com os agentes económicos e do desenvolvimento as mesmas preocupações, mas com uma abordagem e linguagem diferentes.

O actual sistema de representação externa dos Estados, rede de embaixadas, corpo diplomático, como diz o Professor e politólogo Luís Moita, “poderá estar inadapitado ou em vias de sofrer alterações profundas, tanto mais quanto corresponde a uma estrutura razoavelmente conservadora, cujas raízes mergulham na tradição europeia de mais de três séculos”. As questões económicas continuam ausentes do conjunto de questões fulcrais da actividade diplomática. Durante a maior parte do século XX as nações continuaram a entender o sistema diplomático como instrumento privilegiado de projecção de poder político, reforço da sua influência e prestígio. Porém, eram poucas as exigências relativas ao conhecimentos das questões económicas. Todavia, o desenvolvimento económico e social e as interdependências propiciadas pela globalização repercutem-se na diplomacia. O relacionamento internacional deixa de se circunscrever ao nível do Estado a Estado para se alargar à escala sociedade a sociedade. Surgem novos agentes, actores no relacionamento internacional. Ganha corpo uma nova diplomacia, que já não trata apenas a política e cooperação internacionais, mas que se interessa por múltiplas fontes, com relevância para questões económicas, comerciais e de investimento. Assim emerge aquilo a que muito autores hoje chamam a diplomacia económica. Embora alguns autores defendam que a origem da diplomacia económica remonta ao século XIX, é com o fim do mundo bi-polar que a diplomacia económica assume a importância que tem nos nossos dias.

A actividade da nova diplomacia global passa a prosseguir objectivos concretos dirigidos ao desenvolvimento económico, à captação de investimento, à promoção empresarial e à competitividade no mercado internacional. Procura influenciar políticas económicas e sociais para criar melhores condições para o desenvolvimento económico, trabalha com estruturas

reguladoras multilaterais cujas decisões afectam o funcionamento do comércio internacional, procura construir uma imagem credível do seu próprio país e das suas empresas.

E que papel poderão os actores externos desempenhar em Angola? A cooperação e o investimento estrangeiro são bem vindos, mas dentro de um contexto de regulação, visando a obtenção de vantagens recíprocas e salvaguardando sempre os interesses superiores do país.

Angola pode oferecer aos potenciais parceiros e investidores estrangeiros uma situação de paz e estabilidade, uma situação macro-económica controlada e estável, um ambiente de negócios devidamente regulado e atractivo. Em Abril de 2003 o governo angolano aprovou a nova lei do investimento estrangeiro e criou a Agência Nacional de Investimento Privado. Este pacote legislativo e um conjunto de incentivos fiscais constituem hoje o enquadramento legal do investimento privado. Estas regras pretendem proteger o funcionamento do mercado e garantir a eficácia das relações entre o sector privado e o Estado, incutindo assim maior confiança na comunidade comercial internacional.

Estamos em tempo de consolidação da nossa estabilidade e, por isso, de estabelecimento e selecção de parcerias.

Na realização de uma política de cooperação há pelo menos cinco princípios básicos que devem ser seguidos para evitar dependências e contribuir efectivamente para o desenvolvimento de capacidades. São eles, o princípio da Reciprocidade, o princípio da Adequação, o critério da Economia da optimização dos recursos, o princípio da Interactividade, o princípio da Alternativa.

Quem tem medo da cooperação Angola-China ou China-África? Naturalmente, a cooperação não se faz contra um país, mas para reforçar os laços de solidariedade. Não se justificam os receios generalizados das relações de cooperação entre Angola e a China. Angola encara a cooperação com a China como uma cooperação estruturante, visando a promoção da economia nacional.